



Novas frentes de ação, mudanças na estrutura da Igreja e perfil dos “padres novos”

*New fronts of action, changes in the structure of the Church
and the profile of the “new priests”*

ANTONIO MANZATTO ^a

Resumo

O texto apresenta uma análise das questões que concluem a parte referente à visão de Igreja que aparece na pesquisa sobre os “padres novos” e o rosto que proporcionam ao catolicismo brasileiro. Contempla não apenas a visão dos padres ordenados recentemente, mas a completa com a de agentes eclesiais que comungam da perspectiva “institucional/carismática” de Igreja e, como é a praxe do presente estudo, o relaciona com a visão dos “padres das décadas de 1970-80” e dos agentes eclesiais que comungam a perspectiva “evangelização/libertação”. Analisa as questões relacionadas à prática pastoral necessária para os tempos atuais e futuros e as reformas estruturais que a acompanham. Percebe como a semelhança de linguagem entre as duas perspectivas não oculta a distinção dos objetivos buscados, como cada perspectiva teológico-pastoral procura implementar seu próprio modelo de Igreja e como a pandemia questiona as práticas e projetos pastorais em execução ou vindouros. Aponta para a necessidade de superação das vontades de ruptura eclesial, propondo o acolhimento do caminho de comunhão conforme proposto pelo magistério atual do Papa Francisco, em continuidade com o espírito do Vaticano II.

Palavras-chave: Igreja. Pastoral. Modelo de Igreja. Presbíteros. Sinodalidade. Vaticano II.

^a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil. Doutor em teologia, e-mail: antoniomanzatto@gmail.com.

Abstract

The text presents an analysis of the questions that conclude the part referring to the view of the Church that appears in the research on the “new priests” and the face they provide to Brazilian Catholicism. It contemplates not only the vision of recently ordained priests, but completes it with that of ecclesial agents who share the “institutional/charismatic” perspective of the Church and, as is the practice of this study, relates it to the vision of the “priests from the decades of 1970/80” and of ecclesial agents who share the “evangelization/liberation” perspective. It analyzes the issues related to the pastoral practice necessary for the present and future times and the structural reforms that accompany it. It perceives how the similarity of language between the two perspectives does not hide the distinction between the objectives pursued, how each theological-pastoral perspective seeks to implement its own model of Church and how the pandemic questions the pastoral practices and projects in execution or to come. It points to the need to overcome the desires for ecclesial rupture, proposing the acceptance of the path of communion as proposed by the current Magisterium of Pope Francis, in continuity with the spirit of Vatican II.

Keywords: Church. Pastoral. Model Church. Priests. Synodality. Vatican II.

Introdução

A pesquisa sobre os “padres novos” não revela apenas o pensamento ou atitudes de padres recém-ordenados nas diversas dioceses brasileiras, principalmente naquelas em que a pesquisa foi realizada. Muito mais do que isso, revela comportamentos que são construtores, mais do que de cenários eclesiais, de verdadeiros modelos de Igreja que coexistem, de maneira nem sempre pacífica, no interior do catolicismo brasileiro. A eclesiologia católica exige a concretização de estruturas de Igreja porque não a compreende como simples realidade espiritual ou transcendente. A Igreja precisa historicizar-se para ser (DE LA FUENTE, 1998, p. 19), acontecendo em estruturas concretas que incluem formas de governo, de leituras teológicas e de práticas pastorais que revelam e constroem sua identidade. Tais modelos de Igreja não são projetados primeiramente a partir de conceitos teológicos ou doutrinários, mas a partir da prática efetivamente realizada por seus membros (LIBÂNIO, 2000, p. 23). Assim, mais do que revelar o pensamento dos “padres novos”, a pesquisa revela comportamentos que são construtores de Igreja. Em outras palavras, aquilo que os “padres novos” efetivamente realizam em sua prática

pastoral, e não apenas em seus discursos, propõe e edifica um modelo de Igreja específico. No horizonte da pesquisa, definiu-se que o modelo “institucional/carismático” é aquele construído pela prática dos “padres novos”, enquanto o modelo “evangelização/libertação” corresponde à prática dos “padres das décadas de 1970-80”. Não se trata de mera opção teológica ou ideológica mas, acima de tudo, de uma prática: qual o modelo que a prática pastoral dos “padres novos” efetivamente constrói e em que ela se diferencia de outras práticas pastorais, essa é a questão. Ainda que vivamos tempos de centralidade clerical, não é apenas o comportamento dos padres que define um modelo de Igreja. Há mais, porque existem planos pastorais, definições de prioridades diocesanas, contextos diferenciados, sem esquecer que há o comportamento de leigos e leigas jovens ou adultos, de religiosos e religiosas e de movimentos eclesiais que contribui para a construção do modelo de Igreja pretendido.

Com isso define-se o quadro da presente análise, que é aquele de perceber como o comportamento pastoral dos “padres novos” e dos setores eclesiais que comungam as mesmas práticas define certo modelo de estruturação eclesial, enquanto outros comportamentos, aquele dos “padres das décadas de 1970-80” e dos setores eclesiais da perspectiva “evangelização/libertação”, por exemplo, definem outro modelo de Igreja. Também se vislumbram quais valores religiosos ou evangélicos cada modelo promove e como convivem entre si. A percepção é que, embora os modelos coexistam, as atitudes conservadoras são predominantes, se não hegemônicas. Em face disso, se colocam as questões de atualidade e, de maneira mais determinante, a questão da opção pelos pobres. As questões aqui contempladas referem-se ao futuro da ação eclesial, pois indagam sobre serviços a serem desenvolvidos, frentes a serem abertas e estruturas que se querem urgentemente transformadas. Trata-se, pois, de perceber que tipo de Igreja se quer para os próximos anos e como ela é construída pelas práticas pastorais desenvolvidas pelos diversos agentes de igreja.

1. Serviços pastorais que precisam ser implementados

Quando se pergunta sobre quais os serviços pastorais mais importantes a serem desenvolvidos hoje, todas as categorias de agentes eclesiais de ambas as perspectivas sócio-pastorais, com exceção das religiosas da perspectiva “institucional/carismática”, são unânimes em nomear, em primeiro lugar o *processo de iniciação à vida cristã, especialmente com adultos e a catequese permanente*. Concretamente, da perspectiva “institucional/carismática”: “padres novos” (62,1%), leigos/as (36,5%), jovens (36,0%) e seminaristas (65,8%); e da perspectiva “evangelização/libertação”: padres (54,2%), leigos/as (33,5%), jovens (22,1%), seminaristas (48,9%) e religiosas (50,0%). Por sua vez, as religiosas da perspectiva “institucional/carismática” nomeiam, em primeiro lugar, *um consistente programa de formação de leigos e leigas* (23,5%), alternativa reforçada porque nomeada em segundo lugar por padres (11,5%), leigos/as (13,2%) e religiosas (13,9%) da perspectiva “evangelização/libertação”.

Salta aos olhos que somente os leigos/as da perspectiva “institucional/carismática” nomeiem *implantar os movimentos de Igreja em todas as paróquias* (12,3%). Por sua vez, a *missão não é uma preocupação de todos*. *Despertar para a missão, missões populares e comunidades missionárias* não aparece em primeiro lugar e, em segundo lugar, somente para jovens (22,0%) e religiosas (17,6%) da perspectiva “institucional/carismática”, assim como para jovens (16,3%) e seminaristas (17,0%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Igualmente cabe registrar que os “padres das décadas de 1970-80” valorizam mais que os “padres novos” a formação dos leigos/as, o despertar para a missão, a pastoral social e o serviço aos pobres, assim como a pastoral da visitação. Mas, somente os “padres novos” citam, e em terceiro lugar, a implantação na diocese das novas comunidades de vida e aliança (11,9%), o que também é coerente com seu perfil.

Os percentuais alcançados pelas diversas propostas nos diferentes grupos de ação eclesial indagam sobre seu significado. Não será preciso atardar-se demasiado sobre a enumeração dos índices alcançados, mas não é sem interesse perceber que, ao menos nas questões majoritárias, a posição dos seminaristas é muito próxima daquela dos padres de sua perspectiva. Isso

confirma que estamos falando de uma tendência eclesial que, ao menos no que se refere ao comportamento dos ministros ordenados, permanecerá por tempos ainda. Por outro lado, é sintomático que o comportamento das religiosas seja mais livre com relação à prática clerical, o que indica que elas possuem outros pontos de referência para sua reflexão e ação que não aqueles do clero.

No que toca aos seminaristas, é sempre bom perceber não apenas os modelos clericais que são seguidos por eles, mas aqueles que lhes são propostos como referência. Na medida em que certos modelos clericais são apresentados, como os padres midiáticos, ou espiritualistas, milagreiros, doutrinadores ou libertadores, se espera que sejam seguidos. Nem sempre é responsabilidade exclusiva dos formandos a escolha de modelos a serem imitados, pois alguns lhes são apresentados ou incentivados pela autoridade eclesial local. Por outro lado, é bom lembrar que todas as vocações sempre nascem do chão eclesial (CNBB, 2021a, p. 28), o que significa que os vocacionados têm sempre como referência a Igreja de onde provêm, seguindo esse modelo com naturalidade, com raras exceções evidentemente. Os modelos de Igreja, como dito, surgem da prática pastoral e aqueles que ali vivem sua primeira ou mais importante experiência religiosa têm, quase que instintivamente, a referência de permanecer promovendo a mesma prática. É normal, portanto, que se espere que os seminaristas oriundos de uma Igreja carismática tenham uma predileção especial por esse modelo de Igreja, e os jovens formados dentro dessa perspectiva a promovam com mais facilidade. Há que se notar, ainda, que os seminários e outros ambientes de formação da juventude são lugares onde os “padres novos” têm presença mais significativa, enquanto os ambientes de formação das religiosas seguem outra dinâmica.

Quanto aos serviços pastorais propriamente ditos que se quer implementar, salta aos olhos a preferência pela formação. Ela aparece nas propostas de implementação à iniciação à vida cristã, nos projetos de formação para leigos e leigas e nas escolas de ministérios. Juntas, essas propostas alcançam a imensa maioria das indicações dos diversos grupos de agentes eclesiais de ambas as perspectivas. Já a preocupação com as missões, com as pastorais sociais e com o acolhimento, todas elas somadas, mal chega

a um terço das opiniões da juventude, o setor que mais manifesta sua preocupação com essas questões. Os outros setores de agentes eclesiais manifestam preocupação menor com esses indicadores que apontam para realidades mais progressistas. Já a animação bíblica da pastoral não rivaliza com as propostas de criação de movimentos, de novas comunidades de vida e a implementação de missas de cura e libertação, exceção feita aos padres da perspectiva “evangelização/libertação”. É legítimo pensar que tais indicativos apontam para uma Igreja de posições mais conservadoras do que aquela conhecida em outras épocas, sobretudo naqueles tempos em que floresceu na América Latina a prática pastoral libertadora que proporcionou o nascimento da Teologia da Libertação e da tradição eclesial latino-americana (BRIGHENTI; HERMANO, 2013). Isso é fruto do tipo de incentivo que durou décadas e se concretizou no modelo eclesial proposto nos pontificados de João Paulo II e de Bento XVI (MANZATTO, 2017, p. 37-39) e que ainda segue sendo implantado em muitos lugares do Brasil através do comportamento pastoral de bispos brasileiros.

Nesse sentido é que deve ser lida a preocupação pastoral com a formação que a pesquisa aponta. É certo que o Documento de Aparecida muito insistiu na necessidade de formação dos cristãos e a entendeu necessária em todos os níveis, em realização gradual e permanente (CELAM, 2007, p. 130-133). Na esteira da tradição latino-americana formada pelas anteriores Conferências Gerais dos Bispos do continente, a formação foi entendida dentro do processo de conscientização dos cristãos para sua prática eclesial e social, transformando-se em instrumental que municia para a leitura da realidade, a compreensão doutrinal e teológica comprometida e o discernimento necessário para a prática pastoral transformadora. Acrescenta-se que o mesmo Documento Aparecida insiste na dinâmica missionária da Igreja (CELAM, 2007, p. 165), de tal forma que a formação não pode ser entendida como intelectual apenas, mas sim de maneira mais completa porque se trata de formar discípulos de Jesus que são, necessariamente, missionários do Reino de Deus. Cabe lembrar que o paradigma missionário de *Aparecida* não é simplesmente o de fomentar a prática religiosa, mas sim o de fermentar a sociedade com os valores do Reino de Deus (BRIGHENTI, 2007, p. 54).

Como comprova a história, o Documento de Aparecida foi bastante comentado por alguns anos depois da Assembleia, mas não se transformou em dínamo da atividade eclesial latino-americana como foram os de Medellín e Puebla. O próprio Papa Francisco já afirmou que o Documento de Aparecida não foi suficientemente implementado (FRANCISCO, 2013a), aliás como muitos também o dizem no que se refere ao Concílio Vaticano II. A compreensão de formação que aparece nas respostas da pesquisa não parece situar-se na linha da proposta de *Aparecida* porque a preocupação com a missão não acompanha o discurso sobre formação, como o denunciam os números. Seja na questão da iniciação à vida cristã, em cursos para o laicato ou em escolas de ministérios, a formação parece ser compreendida como a conquista de um saber, intelectual e doutrinal, o que cabe bem dentro do modelo eclesial proposto e construído nos papados anteriores e concretizado na prática dos “padres novos” como construtor de uma Igreja institucional/carismática. O discurso é aquele oficial que entende o magistério com a tarefa de ensinar como mestre, em detrimento da ação do pastor. Não se estranha, portanto, a insistência na iniciação à vida cristã e na catequese, proposta assumida pelos bispos e repetida pelo clero, marcadamente influenciados pelos movimentos eclesiais presentes na Igreja do Brasil. A ênfase se dá no conhecimento dos dogmas e na defesa da ortodoxia, fazendo com que a experiência cristã seja percebida como algo que se deve saber, um conhecimento que se deve possuir. A boa-nova proclamada por Jesus em seu evangelho é vista como conhecimento conceitual, não como sabedoria de vida concretamente vivenciada na comunidade (At 2, 42-47).

Compreende-se por que Francisco condena o que ele chama de neognosticismo, onde o conhecer as afirmações doutrinais corresponde ao essencial da vivência cristã (FRANCISCO, 2018, n. 36-46). Ali o referencial da fé vivida desaparece para que se afirme, apenas, o conhecimento como caminho de salvação, em uma espécie de revitalização do gnosticismo dos primeiros séculos. De experiência vivida e testemunho realizado até o sangue, o cristianismo torna-se um simples compêndio doutrinal que é preciso conhecer. A prática pastoral do cuidado para com os mais fracos desaparece, restando o esforço de fazer a verdade cristã ser conhecida e explicada, entendendo-se essa verdade somente como doutrinal, não como prática. De *ethos* existencial,

a fé passa a ser mero conhecimento que se adquire e no qual se evolui. A ideia é aquela de que se alguém conhece a verdade, tudo está resolvido. Não apenas o caminho de salvação passa da prática do amor para a afirmação doutrinal, como também, por isso mesmo, se elitiza o cristianismo, tornando-o possível apenas para aqueles que podem conhecer as verdades dogmáticas. No reverso, a mistificação reaparece com força porque se fecham as afirmações doutrinárias dentro do círculo religioso onde não há necessidade de demonstração da verdade, mas apenas de sua afirmação. A religião, assim, funciona como mecanismo de dominação dos mais frágeis da sociedade, e o cristianismo perde sua força de libertação e transformação.

Esse é o cenário que nos permite entender o comportamento atual do conjunto da Igreja do Brasil, que parece mais marcada pelo clericalismo conservador do que pela novidade do discipulado missionário. É verdade que a proposta formativa da perspectiva “evangelização/libertação” ainda existe e convive, não sem problemas, com aquela perspectiva dominante. O período de pandemia que atravessamos mostrou como, através das mídias sociais, setores de Igreja souberam trabalhar a questão da formação de maneira a ajudar a esclarecer a consciência dos cristãos. Foram inúmeros cursos, palestras e emissões que procuraram ajudar o crescimento do espírito crítico das pessoas para que pudessem melhor se situar, como sujeitos adultos e autônomos, na Igreja e na sociedade. Essas ações, que correspondem mais ao projeto de formação de uma Igreja libertadora, não circularam, porém, com a mesma facilidade nem com os mesmos incentivos ou recursos que os comportamentos litúrgicos, catequéticos ou simplesmente devocionais que também povoaram as redes sociais.

Tudo isso demonstra que o discurso sobre a importância da formação pode ser assumido tanto pela perspectiva “institucional/carismática” quanto pela perspectiva “evangelização/libertação”. A questão é o objetivo que se quer atingir com a prática formativa, se o simples conhecimento das verdades religiosas ou se a conscientização que motiva e capacita para a prática de vida que chega à transformação da sociedade. Nesse sentido é importante verificar, na pesquisa, como as duas perspectivas se situam na orientação do modelo eclesial a ser construído, seja favorecendo a missão e as ações mais voltadas ao socorro aos pobres, ou favorecendo o desenvolvimento de novos

movimentos e comunidades ou as missas de cura e outros comportamentos devocionais. Os primeiros são mais referidos pela gente da perspectiva “evangelização/libertação”, os outros são preferidos pelos agentes da perspectiva “institucional/carismática”. A referência à Escritura, nesse aspecto, torna-se crucial e é instrutivo perceber sua centralidade para vida cristã e pastoral muito mais afirmada pela perspectiva “evangelização/libertação” que pela perspectiva dos “padres novos”, que se referem mais amiúde ao catecismo e ao direito canônico. Claro que não se trata de escolher entre a Bíblia ou textos magisteriais, mas de perceber como sua influência é priorizada na prática pastoral. A distinção entre os modelos de Igreja que se quer construir é bastante nítida nas propostas sobre os serviços pastorais que se quer desenvolver atualmente.

2. Novas frentes pastorais a serem abertas

Com relação a que novas frentes pastorais precisam ser abertas hoje, é quase unanimidade para as categorias de agentes eclesiais consultadas das duas perspectivas sócio-pastorais a alternativa *aconselhamento pastoral e orientação espiritual*, nomeada em primeira opção para: padres (33,8%), leigos/as (31,6%), seminaristas (21,3%) e religiosas (25,7%) da perspectiva “institucional/carismática” e para padres (27,4%), leigos (19,1%), seminaristas (33,3%) e religiosas (29,6%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Esta alternativa é reforçada pela sua indicação em segundo lugar pelos jovens (21,2%) da perspectiva “institucional/carismática” e pelos jovens (22,5%) da perspectiva “evangelização/libertação”.

Em primeira opção, os jovens da perspectiva “institucional/carismática” nomeiam *a escola de fé e compromisso social* (24,9%), alternativa reforçada pelas religiosas tanto da perspectiva “institucional/carismática” (20,0%) como da perspectiva “evangelização/libertação” (19,7%). Já os jovens da perspectiva “evangelização/libertação” indicam, em primeira opção, a *pastoral da acolhida e da visitação* (33,6%), alternativa esta reforçada pela sua nomeação em segundo lugar pelos seminaristas da perspectiva “institucional/carismática” (18,8%) e pelos padres (23,8%) e leigos (14,7%) da perspectiva “evangelização/libertação”.

Por sua vez, em segundo lugar os “padres novos” da perspectiva “institucional/carismática” nomeiam *escola de ministérios e instituição de ministérios para leigos/as* (18,5%); os leigos/as indicam a *pastoral missionária, com formação e experiências missionárias* (19,1%); e os seminaristas da perspectiva “evangelização/libertação”, *escolas de Bíblia* (20,8%). Chama a atenção a desconsideração com relação à implementação do diaconato permanente nas duas perspectivas teológico-pastorais.

O futuro nos é desconhecido e, por isso, desafiador. Ele não está escrito nem definido, mas depende daquilo que a humanidade resolver construir. Quando se pensa em frentes pastorais a serem abertas, têm-se claramente a indagação sobre qual futuro se quer construir, qual o modelo de Igreja que melhor responderá aos desafios que o futuro trará e não apenas àqueles que o presente já nos propõe. Quando a pesquisa foi realizada, não se tinha ideia de que uma pandemia como a da Covid-19 pudesse atingir a humanidade toda, da forma que efetivamente aconteceu. Diante dela, todas as propostas pastorais precisam ser revistas porque a crise sanitária não foi um hiato passageiro, mas algo que marcou profundamente a humanidade, mais não fosse pelo número de mortos que produziu. Diante dela é legítimo perguntar sobre a forma de a Igreja permanecer fiel à sua missão e ainda corresponder às necessidades urgentes da humanidade. Foi profundamente questionadora a figura do Papa atravessando solitário a Praça de São Pedro, em março de 2020 (FRANCISCO, 2021a); por outro lado, não foi sem estranheza que se viu o movimento de católicos exigindo a volta de missas presenciais em pleno período de contaminação, no qual as autoridades sanitárias aconselhavam o distanciamento social. Também aqui aparece, nitidamente, a distinção entre modelos eclesiais que correspondem, na verdade, a compreensões diversas sobre a forma de viver o cristianismo. O que está em jogo, finalmente, é a credibilidade da fé cristã, sua pertinência à vida da humanidade nos tempos atuais e como manter, em tudo isso, a fidelidade ao evangelho de Jesus. A relevância do Concílio Vaticano II, da tradição eclesial latino-americana e da opção preferencial pelos pobres, caminhos que a Igreja percorreu na atualidade, são as balizas mais seguras para se perceber formas de vivência do cristianismo em fidelidade ao evangelho.

Uma questão que não é sem interesse é aquela de pensar, em teologia cristã, a temporalidade e a dimensão de futuro (GONÇALVES; FAVRETTO, 2016, p. 269). Muitos percebem o tempo como um universo fechado, com o final se identificando com o início e, assim como o passado está definido, também o futuro estaria escrito. Ditos como “o futuro a Deus pertence”, ou “Deus é quem sabe” ou até mesmo “se Deus quiser”, mesmo enquanto revelam a fé e confiança em Deus, também o tornam agente direto na temporalidade e nos acontecimentos humanos, não raro de maneira exclusiva. Como existe a convicção cristã de que a ação de Deus é de salvação, há quem transforme a certeza de fé em certeza científica e conclua que o futuro está, se não escrito em seus detalhes, ao menos completamente determinado. Resta ao humano aceitar o “plano de Deus” pois tudo “está sob seu poder” e, assim, todas as coisas que acontecem são da “vontade de Deus”: Deus quis assim! Tais afirmações, que ecoam formas de compreensão praticamente literais de ditos bíblicos, alimentam comportamentos de religiosidade que afirmam a realidade divina, mas acabam negando a importância da ação humana e não percebem o futuro como uma construção ou como dom de uma oportunidade, mas como uma realidade já definida. Nessa compreensão, o futuro não se constrói, se aceita. Isso ocasiona que, em tempos de pandemia, apareçam as perguntas de por que Deus enviou a doença, por que Deus não nos livra dela, o que Deus quer nos dizer com a pandemia e assim por diante. Ao mesmo tempo em que se afirma a confiança na ação de Deus, também se retira do humano qualquer possibilidade de ação e a história passa a ser ambiente onde atuam exclusivamente forças mágicas e transcendentais. Estamos a um passo de mistificações que favorecem a dominação.

Se existe temor do futuro porque se não o conhece, na verdade ele será o que se fizer que ele seja. Claro que a ação humana é afetada por múltiplas variantes incontroláveis como doenças, tragédias naturais ou acidentes de percurso, mas isso não invalida a convicção que o humano age como sujeito de sua história, se não o único, ao menos de maneira determinante. Não se nega a ação de Deus, mas se o percebe como quem acompanha o desenvolvimento da história humana, como um pai que ama seus filhos e não como feitor que se compraz no sofrimento de seus escravos. De fato, a compreensão que se tem de Deus é determinante nos projetos pastorais que se constroem e nas frentes

pastorais que se quer que sejam abertas. Trata-se, em última análise, de perceber como Deus convida seus filhos a seguirem caminhos que constroem a paz e a solidariedade. Evidentemente isso tem repercussões sobre a maneira de se compreender a Igreja, já que ela sempre será vista como a Igreja de Deus (DE LA FUENTE, 1998, p. 37). A afirmação de um Deus que age de cima para baixo levará a uma compreensão de Igreja que implementará práticas pastorais com ênfase, por exemplo, na submissão e obediência, no devocionismo e em mistificações fáceis. Já a fé no Deus que se revela na história exigirá uma Igreja voltada para a realidade a fim de discernir os caminhos trilhados por ele, onde se manifesta sua presença e de que maneira se pode perceber sua ação (XAVIER, 2021, p. 87). Isso conduz a outra compreensão de Igreja e outras práticas pastorais que destacam, por exemplo, o compromisso de atenção e socorro aos pobres e sofredores, uma espiritualidade de misericórdia e o envolvimento com a história.

Nessa perspectiva, vale pensar um pouco nas respostas que foram dadas à pesquisa. Salta aos olhos a quase unanimidade em se apontar, como nova frente pastoral, o aconselhamento pessoal e a orientação espiritual. É curioso que isso seja apontado como nova frente pastoral quando, na verdade, é antiquíssimo comportamento eclesial. É verdade que nos tempos do crescimento das Comunidades Eclesiais de Base e do florescimento da Teologia da Libertação tal ação não alcançou destaque, embora fosse realizada. Duas observações, aqui, a serem levadas em consideração: a prática comunitária fez com que a orientação espiritual e o aconselhamento fossem realizados não somente por padres e não apenas de maneira individual; e o fato de a orientação passar pelo papel que as lideranças leigas desenvolviam nas comunidades, pela participação de profissionais capacitados em trabalhos de orientação psicológica e pela partilha de vida que estava na base da compreensão comunitária.

A retomada mais recente dos aconselhamentos pessoais e da direção espiritual no formato antigo tem seu foco no desenvolvimento dos novos movimentos eclesiais que cultivam bastante tal tipo de ação e influenciam a perspectiva “institucional/carismática”. De um lado, se valoriza a personalização da pertença comunitária ao mesmo tempo em que se recupera a dinâmica terapêutica da prática religiosa, e isso não são coisas sem

importância. A valorização de cada pessoa que vive a comunidade é extremamente importante em tempos de massificação e anonimato. As celebrações que reúnem muita gente são relevantes porque dão o quadro da massa, a imensa quantidade de pessoas que comungam a mesma fé; mas a individualização da pertença pela atenção do pastor faz com que cada membro da comunidade se sinta efetivamente a ela integrado. Também o aspecto terapêutico da religião é algo a destacar, e não apenas nas curas miraculosas, mas no fato de poder olhar para a vida de outra forma, a partir de olhares distintos que podem ajudar a encontrar caminhos alternativos de vida em nossa sociedade. Por isso não é ruim a retomada da valorização do aconselhamento e da direção espiritual, apontados como importante pelas duas perspectivas eclesiais.

Há que se ter atenção, porém, a possíveis problemas ou desvios nesse tipo de ação. O atendimento individual pode ocultar a importância da dinâmica comunitária, essencial ao cristianismo. Tal aspecto corresponde ao anseio neoliberal de consumir a religião segundo a preferência de cada um. A sociedade atual tem características individualistas extremadas, e isso passou a fazer parte também do horizonte religioso. A busca de orações exclusivamente individuais, a forma pessoal de cada um pensar sua prática religiosa e, nesse prisma, as orientações pessoais, podem levar a uma individualização que fere o cristianismo em sua essência, porque aí já não será o amor a mola mestra do comportamento de fé, mas sim o bem-estar individual, nitidamente narcisista (LIPOVETSKY, 2007, p. 138). Outra questão que é preciso lembrar é o fato de que a direção espiritual deve ajudar a formar adultos autônomos na fé, e não infantilizar os crentes para torná-los dependentes da autoridade. Por isso é preciso critério e cuidado no fomento de tais práticas, pois exageros já foram vistos e denunciados. Afinal, em uma sociedade doente que cada vez mais prejudica, em suas várias formas de influência, a saúde mental dos indivíduos, a tentação de resolver problemas psicológicos de forma mágica, pela fé, pela oração ou pela pregação, é grande e já trouxe não poucos problemas a muitos.

O implemento de tal iniciativa deve ser feito dentro de um quadro pastoral mais amplo, e, na pesquisa, as respostas subsequentes são esclarecedoras. A pastoral de acolhida e visitação foi apontada como

importante, e figura mesmo em primeiro lugar segundo a visão dos jovens da “perspectiva evangelizadora/libertadora”. Isso pode significar que o aconselhamento pastoral precisa ser incluído em uma dinâmica missionária, no acolhimento de todas as pessoas, com prioridade para os mais sofredores, e na prática de visitação que quer humanizar a pertença comunitária. Assim, a pastoral de visitação não é simples proselitismo, mas prática evangélica que vai ao encontro de quem está fora, está excluído e sofre. Igualmente, o acolhimento não significa apenas receber bem na comunidade, mas fazer com que cada um tenha seu espaço vivencial garantido no âmbito da vida comunitária, sem discriminações. O acolhimento é essa garantia de espaço e lugar para todos, sem exclusão, e a visitação é o cuidado com aqueles que estão distantes e com os que mais sofrem. A dinâmica é missionária, na prática de Igreja em saída, conforme a insistência do Papa Francisco (FRANCISCO, 2013b, p. 20-23). Em semelhante quadro, a prática da escuta e do aconselhamento tem seu lugar porque ajuda a formar comunidade. Assim, ainda que as respostas sejam idênticas, as perspectivas eclesiológicas permanecem distintas segundo o modelo que procuram construir.

A formação reaparece como importante na sequência e, o que não deixa de ser curioso, são os jovens da “perspectiva institucional/carismática” que mais insistem na necessidade de uma formação política, seguidos pelos jovens da outra perspectiva. Isso demonstra que a juventude sente falta de uma formação específica, que já foi trabalhada em outros tempos, mas que atualmente permanece dormente. Aqui também é preciso olhar com cuidado o objetivo de cada perspectiva, porque podem estar em posições diferentes apesar de dizerem a mesma coisa. Os “padres das décadas de 1970-80” trabalharam bastante a formação política das comunidades, sobretudo no horizonte das Cebbs, e foi isso que ajudou o país a se transformar, saindo da ditadura militar e encontrando caminhos de democracia. Parece ser nesse horizonte que se situam os agentes eclesiais da “perspectiva evangelização/libertação” quando afirmam a necessidade de formação no horizonte da fé e do compromisso social. Talvez não seja o mesmo horizonte da “perspectiva institucional/carismática” que insiste bastante, por exemplo, no conhecimento da Doutrina Social da Igreja, mas para conhecer apenas. Trata-se da situação já comentada da importância de se adquirir

conhecimento, como se o fato de conhecer a Doutrina Social da Igreja levasse os católicos ao comprometimento com a transformação da sociedade. Temos visto muitos setores eclesiais, normalmente ligados à perspectiva dos “padres novos”, assumirem posições políticas não apenas conservadoras, mas em apoio à necropolítica genocida, como lembrava ainda a Campanha da Fraternidade 2021 (CNBB, 2021b, p. 29). O saber, ainda que da Doutrina Social da Igreja, pode se transformar em instrumento de dominação, e isso é um perigo.

Se, na pesquisa, o incentivo ao Diaconato Permanente ou às novas comunidades não é visto como primordial, causa certa estranheza a não preocupação com a pastoral dos meios de comunicação social. O indicativo pode ser o de dizer que esse trabalho já é suficientemente realizado, que não é um trabalho importante ou que a realidade da sociedade já não dá o mesmo destaque aos meios tradicionais de comunicação. Nas últimas décadas foram muitas as transformações pelas quais passou a relação da Igreja com os meios de comunicação. De um lado há uma imensa gama de meios católicos de comunicação, como emissoras de rádios, editoras e redes nacionais de televisão. Aliás, a presença religiosa nesses meios é realmente muito grande, haja vista como igrejas protestantes têm neles trabalhado. Mas é inegável que tais meios perderam muito da influência social da qual desfrutaram em outros tempos, e talvez por isso não tenha havido preocupação com a atuação pastoral nessa área. Atualmente o papel da internet e das redes sociais cresceu de maneira assustadora, sobretudo entre os jovens. A pandemia revelou o quanto é importante a presença na rede e, por outro lado, o quanto a Igreja está dela ausente e não conhece seus mecanismos de funcionamento e influência. A cultura digital, de maneira geral, está ausente da vida eclesial e de suas preocupações pastorais e, no entanto, é ela que marca de maneira mais característica o tempo atual.

Esses elementos mostram, ainda uma vez, a distinção entre as duas perspectivas eclesiais que, embora possam concordar nas frentes pastorais a serem abertas, as compreendem de maneira diversa. A questão não será, para o futuro, quais frentes se abrem, mas o que se busca com elas, quais seus objetivos. É claro que há necessidade de novas frentes pastorais para se fazer face aos novos desafios da sociedade, e a pandemia foi ocasião para se

perceber os limites das ideias e iniciativas pastorais atuais. A presença da Igreja nas redes sociais, por exemplo, é um indicativo. Mas o que é preciso ter em mente são os objetivos a alcançar com tais frentes. As duas perspectivas, por serem distintas, têm claramente objetivos diferentes. Em algum momento do futuro será necessário trabalhar a fratura que isso ocasionou no tecido eclesial, e o Papa Francisco já deu vários indicativos nesse sentido (FRANCISCO, 2021b).

3. Mudanças urgentes na estrutura eclesial

A última questão dessa parte que contempla a visão de Igreja trata, exatamente, das reformas e transformações estruturais que precisam ou podem ser realizadas segundo a percepção das duas perspectivas eclesiais. A maior convergência das categorias de agentes das duas perspectivas aponta, em primeira opção, para *a renovação da paróquia, especialmente sua setorização em unidades menores*: padres (47,8%), seminaristas (31,6%) e religiosas (31,3%) da perspectiva “institucional/carismática” e padres (42,7%), seminaristas (31,9%) e religiosas (26,0%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Por sua vez, em primeira opção, indicam o *funcionamento de conselhos e assembleias de pastoral em todas as comunidades*, os jovens (31,7%) e religiosas (31,3%) da perspectiva “institucional/carismática” e os leigos/as (27,0%) e jovens (48,8%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Esta alternativa é reforçada por sua indicação, em segundo lugar, por parte dos leigos/as (24,6%) e seminaristas (19,0%) da perspectiva “institucional/carismática” e pelas religiosas (15,1%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Chama a atenção que somente os leigos/as e unicamente da perspectiva “institucional/carismática”, nomeiem em primeira opção o *direito de as comunidades terem a celebração da Eucaristia semanalmente* (25,1%).

A nomeação em segundo lugar converge para *repensar o modelo de ministério ordenado na Igreja*, alternativa nomeada pelas religiosas da perspectiva “institucional/carismática” (12,5%) e pelos padres (25,0%), leigos/as (23,7%), seminaristas (21,3%) e religiosas (23,3%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Interessante que o acento é dado por esta

perspectiva e não pela outra. Chama a atenção que os “padres novos” nomeiem em segundo lugar *a criação de pequenas comunidades eclesiais a exemplo das CEBs* (13,4%), assim como somente os jovens da perspectiva “institucional/carismática” nomeiem a necessidade de maior rotatividade dos padres nas paróquias (20,2%). Também que *a necessidade de criação de ministérios para as mulheres* seja nomeada somente pelos leigos/as da perspectiva “evangelização/libertação” e, ainda, em quarto lugar, não é sem interesse.

Como se pode perceber, a questão aqui é: para a realização das novas iniciativas pastorais e a abertura de novas frentes, quais transformações estruturais deveriam ser realizadas na Igreja para que fosse capaz de realizá-las. Subjacente está a convicção de que estruturas eclesiais precisam ser renovadas ou transformadas, porque já não respondem à realidade do ambiente. Por um lado, tal convicção vem do espírito do Vaticano II que implementou uma atualização eclesial que produziu muitos frutos de vida, como testemunham as próprias Igrejas latino-americanas; por outro lado, existe também a convicção de que se vive atualmente uma mudança de época (CNBB, 2019, p. 28), e a realidade contemporânea já é bastante distinta daquela dos anos 1960. Quando iniciou seu papado em 2013, Francisco já dizia da necessidade de reformas na Igreja, umas tantas das quais ele efetivamente implementou, outras que sugeriu e outras ainda que aguardam o momento oportuno para acontecerem. Assim, diante desse quadro, a questão é saber como as diferentes perspectivas pensam as mudanças necessárias na estrutura eclesial.

Há uma primeira concordância da maioria dos agentes de que é preciso renovar a estrutura paroquial, que dirá sua vida. Já o Documento de Aparecida apontava tal necessidade (CELAM, 2007, p. 168) porque a paróquia, em sua afirmação tradicional, já não responde à dinâmica da vida contemporânea, sobretudo a urbana. Característica da paróquia é sua geografia, mas a vida urbana supõe uma mobilidade à qual a geografia paroquial não responde. A dinâmica missionária foi enfatizada pelo Documento de Aparecida como motivação para a renovação da estrutura paroquial, e mais recentemente a CNBB trabalhou a proposta da Paróquia como comunidade de comunidades (CNBB, 2014), inclusive sugerindo sua divisão em unidades menores para maior

efetividade pastoral. Sob esse aspecto, a convergência na resposta pode, simplesmente, fazer eco ao discurso magisterial, o que denunciaria a importância das afirmações oficiais para o envolvimento dos agentes eclesiais. Fato é que a atual formatação da paróquia já não responde ao que se espera do trabalho evangelizador da Igreja, e isso ambas as perspectivas percebem. Sua divisão em unidades menores, ainda que no estilo das CEBs, pode também não ser a solução porque não contempla a característica essencial da vida paroquial que se organiza a partir e em função dos sacramentos e da liturgia da comunidade. Claro que isso é necessário, mas, se ocupa toda a preocupação paroquial, já não há espaço para que assuma sua função evangelizadora, delegando tal responsabilidade aos movimentos, aos meios de comunicação ou a pregadores isolados. Com isso a vida paroquial fica restrita aos sacramentos e à catequese que em torno deles gira, adicionando-se práticas devocionais e festividades com finalidade econômica. Isso torna-se evidente quando se percebe que os leigos da perspectiva “institucional/carismática” querem garantir o direito à celebração ao menos semanal da eucaristia, em ênfase sacramental. O caminho de renovação da paróquia, já apontado por Aparecida, seria o da missionariedade, mas isso não desabrochou por conta do modelo eclesial dominante que ainda afirma o privilégio da sacramentalização sobre a evangelização.

Há um outro aspecto com relação às paróquias que precisa ser contemplado e que se torna cada vez mais candente, que é a questão econômica. A prática religiosa tem, efetivamente, diminuído no Brasil, o que significa que as doações para a vida paroquial e religiosa, de maneira geral, também diminuem. Muitas paróquias estão obrigadas à multiplicação de festividades para angariar fundos para sua manutenção e iniciativas. Acrescente-se a isso o fato de que as demandas por recursos financeiros aumentaram significativamente, com menos gente para contribuir para as despesas que se multiplicam. Se no passado o fiel contribuía com sua paróquia, hoje ele é solicitado a colaborar também com o movimento eclesial, com os meios de comunicação, com as vocações ou com iniciativas as mais diversas, o que faz com que o mesmo sujeito precise dividir sua contribuição entre diversas demandas. Menos gente contribuindo e mais recursos sendo necessários, encarecem o produto final. O modelo protestante é diferente,

não apenas pela forma de contribuição, mas também pela alocação dos recursos. As paróquias católicas, ao lado de suas despesas de manutenção e de custeio pastoral, têm a obrigação do sustento do padre, o que em determinadas situações pode demandar recursos consideráveis. É de se notar que a transformação da estrutura paroquial demandada não contempla a profissionalização dos padres, coisa que acontece com os diáconos permanentes. O sustento do padre vem de seu trabalho pastoral, o que justifica sua dedicação integral a essa atividade. Muitas vezes seu trabalho pastoral não se esgota na paróquia ou, mais raramente, não a contempla, sendo desenvolvido em outros horizontes, como o da educação, da comunicação, da assistência ou outras ainda. Se a fonte de renda do padre é, unicamente, a paróquia, percebem-se os problemas que decorrem, até porque o sustento do padre inclui moradia e, não raro, transporte e saúde. Outros trabalhos pastorais acabam não acontecendo por falta de recursos humanos e econômicos, muitas vezes ligados entre si. Talvez aqui resida uma das razões pelas quais existem resistências à transformação da estrutura paroquial, porque ela é a base da vida econômica do padre e de outras estruturas eclesiais.

A questão do clericalismo é crucial por conta da forma de se compreender a dinâmica do ministério ordenado dentro de cada perspectiva eclesial. O próprio Papa Francisco por diversas vezes já chamou a atenção para tal perigo que não apenas afasta os leigos de suas atividades e responsabilidades eclesiais, mas coloca o padre e sua atuação como determinantes do jeito de ser Igreja. A preocupação com a atuação dos padres novos é um indicativo de que o clero é preocupação fundamental e peça de definição na ação pastoral e na forma de compreensão eclesial. A questão, evidentemente, não é a de se ter ou não padres, mas de eles guardarem para si todo o poder e todos os ministérios, transformando leigos e leigas em simples auxiliares. Mais ainda, o clericalismo reafirma a especificidade do sacerdócio ministerial por conta exatamente da sacramentalização que foi apontada acima. É o sacerdote quem preside a celebração dos sacramentos e, se isso é definitivo do ser eclesial, então não há Igreja sem ele, donde o clericalismo. Na questão dos recursos financeiros de que se falava, basta ver os recursos investidos na formação do clero e o que é investido na formação

de leigos e leigas: a discrepância é brutal. Ponto importante é a ligação que se estabelece entre o sacramento da ordem e o exercício do poder na Igreja, configurando um problema teológico que pode ser angustiante (DE LA FUENTE, 1998, p. 177).

Sim, o clericalismo faz parte das estruturas eclesiais que precisam ser transformadas, porque ele não é necessário para a existência e as atividades da Igreja. Ao contrário, na maioria das vezes dificulta a vivência eclesial participativa. Na pesquisa, a necessidade de se repensar a forma de vivência do ministério ordenado é apontada pelos agentes da perspectiva “evangelização/libertação”, e não pela outra perspectiva. A questão não se relaciona, primeiramente, com o celibato, como se pode apressadamente pensar. Ainda que isso possa estar no horizonte, há outras questões que envolvem a necessária mudança na maneira de viver o ministério ordenado, como o clericalismo e a centralização do poder. Por isso é importante o que a pesquisa revela e que é afirmado em segundo lugar por ambas as perspectivas, que é a efetivação do funcionamento dos conselhos e dos organismos de participação. Efetivamente uma maneira de se transformar a dinâmica paroquial é pela diminuição do clericalismo e pelo fortalecimento dos instrumentos participativos na vida da comunidade. Além do que já foi apontado, percebe-se que os leigos não moram no templo e sua vida é orientada, basicamente, para a sociedade. Se protagonistas da vida paroquial, esta será levada para os lugares que frequentam e a dinâmica missionária aparecerá na fermentação da vida social com os valores e ensinamentos evangélicos, assim como propunha *Aparecida*. Assumindo diversos e diferentes tipos de ministérios na vida comunitária, o laicato não apenas realiza sua própria vocação humana e cristã, mas também contribui para ajudar na definição do papel do ministério ordenado, mostrando não apenas seus limites, mas sua especificidade. Afinal, ter o ministério da síntese não significa ser a síntese de todos os ministérios. É ainda instrutivo perceber, na pesquisa, essa afirmação realizada pelos leigos e por religiosas, mas não pelos padres, sejam os novos ou os da geração 1970-80. Se eles reconhecem que há que haver transformações na maneira de se compreender e vivenciar os ministérios ordenados, a responsabilização de leigos e leigas na vida da Igreja parece que ainda carece de clareza no pensamento dos padres.

Aqui se destaca um ponto relevante e atual que é a questão da sinodalidade. O Papa Francisco tem insistido nesse ponto da natureza eclesial, e o próximo sínodo dos bispos terá esse tema. Está presente na Assembleia Eclesial Latino-Americana que acontece em 2021 e tem dinâmica sinodal. A perspectiva é a de participação de todos para que se faça um caminho em conjunto, como a dinâmica da vida comunitária anunciada em Atos dos Apóstolos (At 2, 42-47). Quando se pensa na tradição eclesial latino-americana, com a importância que tiveram as Conferências Gerais dos Bispos da América Latina e Caribe, sobretudo *Medellín*, *Puebla* e *Aparecida*, e a importância que tiveram as Comunidades Eclesiais de Base e sua dinâmica participativa, se compreende como no continente se conhece bem a prática sinodal. Ainda que com nomes diferentes, como assembleias ou conferências, a dinâmica sinodal esteve presente na vida da Igreja da América Latina, mas acabou substituída pela centralização do poder e pela insistência na clericalização, em um posicionamento eclesiológico fortemente secundado pelos chamados novos movimentos eclesiais. Aqui se percebe a importância da política de nomeações episcopais e da função das Conferências nacionais, embora tais aspectos não sejam apontados com destaque pelas respostas da pesquisa. É certo que as coisas não se resolvem de cima para baixo, mas já se falou da importância que o discurso oficial tem para encaminhar a prática pastoral na Igreja do Brasil. Assim, a qualidade pastoral do episcopado passa a ser questão determinante para a prática eclesial com vistas à construção de uma Igreja renovada, missionária e sinodal que, no discurso, aparece como objetivo nas duas perspectivas, embora com nuances distintas e com a busca de objetivos que são bem diferenciados.

Conclusão

A pesquisa realizada demonstra uma clara distinção entre o projeto eclesiológico dos “padres novos” e dos agentes eclesiais que comungam da mesma perspectiva “institucional/carismática”, e aquele ensaiado pela prática dos agentes eclesiais que partilham a perspectiva “evangelização/libertação”. Tal distinção repercute formas distintas de compreensão do ser de Deus, da ação salvadora de Jesus e do que seja a Igreja, em seu comportamento e sua

forma de organização. São posturas eclesiológicas diferentes que permanecem em tensão e, no movimento da história, ora uma, ora outra estabelece certa hegemonia que não chega, porém, a fazer com que a outra desapareça. Por isso, ainda que as linguagens se aproximem ou que as propostas pastorais tenham semelhança, ainda que os discursos sejam parecidos, aquilo que se busca, os objetivos da ação eclesial, permanecem distantes por conta das diferenças de compreensões e de posturas.

A Igreja Católica, exatamente por ser católica, possibilita a convivência de correntes teológicas e pastorais bastante distintas em seu seio. Desde a antiguidade, é comum que se vivencie no catolicismo visões diferentes do que significa ser cristão, como, por exemplo, no estabelecimento das antigas escolas de Alexandria e Antioquia, que não tinham receio de apontar suas diferenças. O mesmo acontece no período medieval e na época contemporânea. As diferentes visões, compreensões e formas de comportamento eclesial afirmaram-se mesmo necessárias quando se passou a perceber a importância que os contextos históricos possuem na determinação da forma de ser Igreja e realizar sua missão. Na verdade, as diferenças parecem que não são impedimentos para o estabelecimento da comunhão na Igreja Católica, tanto que sua unidade permaneceu sempre fortemente ancorada na história. Foram encontradas maneiras de fazer face aos problemas surgidos por dificuldades de convivência de correntes diferentes, como os sínodos e os concílios ecumênicos, por exemplo, que desde cedo passaram a fazer parte do horizonte eclesial. A comunhão foi uma busca constantemente mantida ao longo da história, evitando-se com isso a pasteurização de comportamentos. Admitindo a diversidade, o catolicismo não pode, contudo, suportar divisões que ocasionam rupturas, como os cismas que conheceu ao longo da história.

O que foi visto no passado também pode ser percebido atualmente. As perspectivas “institucional/carismática” e “evangelização/libertação” convivem há tempos dentro da realidade brasileira e conseguem manter certa convivência respeitosa, exceção das vezes em que uma delas quer impor-se como a única maneira possível de vivenciar a fé católica nos tempos atuais. Exclusivismo sempre acaba gerando rupturas. A admissão da pluralidade exige respeito às diferentes posições e formas de leitura da vida, e a busca da unidade não pode significar o combate e a destruição às outras formas de

pensamento. Atitudes beligerantes e de exercício de força, até por ameaças, têm o condão de provocar rupturas, da mesma forma que a justificativa de diferenças pode ocultar vontades de separação. Temos visto exemplos claros disso na atualidade, como quando o Papa Francisco se viu obrigado a intervir na questão das missas em latim (FRANCISCO, 2021b) porque defensores desse comportamento aproveitavam-se dele para negar o magistério e o Concílio Vaticano II, em clara posição de ruptura institucional. A recente Campanha da Fraternidade, realizada de forma ecumênica, recebeu não apenas críticas, mas aberto combate vindo de setores tradicionalistas que ameaçavam até mesmo a integridade dos agentes eclesiais. A pandemia, que obrigou os templos a fecharem suas portas, foi ocasião para o reaparecimento de grupos tradicionalistas que exigiam seu direito à eucaristia, com campanhas abertas contra os bispos e as organizações diocesanas. As redes sociais estão repletas de comportamentos beligerantes e cismáticos, com testemunhos de violência que não promovem a comunhão e, por isso, não são propriamente cristãos.

Tal situação terá de ser enfrentada, mais dia menos dia, não no sentido da imposição de uma única maneira de ser Igreja à totalidade do Povo de Deus, mas sim de denunciar os interesses e a força dos setores cismáticos e separatistas. O critério para discernir quais posturas são admissíveis e quais são cismáticas, é o próprio evangelho de Jesus, aquele que veio para que todos tenham vida em plenitude (Jo 10,10). O Papa Francisco tem tido inúmeras iniciativas, muito claras, no que toca a necessidade de se guardar a comunhão e, também, a necessidade de a Igreja permanecer fiel à sua missão, reunindo a humanidade no mutirão de construção do Reino que é de Deus, mas que já está presente na história. As forças do império, o anti-reino, permanecem ativas e continuam querendo destruí-lo, e é preciso ter discernimento para perceber onde está a presença do Espírito de Deus e onde está a presença do espírito mundano.

Em termos mais propriamente pastorais, será necessário contemplar as realidades contemporâneas para que se possa encontrar maneiras de ajudar as pessoas a viverem e, mais ainda, a construírem seu próprio destino em ritmo de fraternidade. Aqui se joga a credibilidade da fé eclesial. O Papa Francisco tem feito propostas e realizado ações bastante concretas a respeito, como o Pacto Global pela Educação, as propostas referentes à Economia de Francisco,

a instituição do Dia dos Pobres, do Dia dos Idosos, sua atenção para com os refugiados e outras tantas iniciativas. Cabe às Igrejas locais desenvolver projetos semelhantes que contemplem a realidade dos pobres, as questões do meio ambiente, a triste situação política do país e ainda enfrente as consequências da pandemia, no que ela causou de sofrimento e em outras situações provocadas pelo mau gerenciamento da situação. A pastoral das redes sociais, tão necessária, constitui-se em nova frente pastoral extremamente relevante para o trabalho evangelizador da Igreja. Afinal, a pandemia mostrou os limites das organizações pastorais e indicou a necessidade de não apenas repensá-las, mas de as ressituar diante da realidade concreta. O evangelho de Jesus continua pertinente aos tempos atuais, mas será preciso atualizar as maneiras de anunciá-lo e de vivenciá-lo, em testemunho de fraternidade, para que ele seja compreendido como pertinente e significativo para a humanidade contemporânea.

Referências

- BRIGHENTI, A. *A desafiante proposta de Aparecida*, São Paulo: Paulinas, 2007.
- BRIGHENTI, A. & HERMANO, R. (orgs.), *Teologia da Libertação em perspectiva*, São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Aparecida*, São Paulo: Paulus/Paulinas/CNBB, 2007.
- CONSELHO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia*, Brasília: Ed. CNBB, 2014.
- CONSELHO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*, Brasília: Ed. CNBB, 2019.
- CONSELHO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Documento Final do 4º. Congresso Vocacional Brasileiro*, Brasília: Ed. CNBB, 2021a.
- CONSELHO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021, texto base*; Brasília: Ed. CNBB, 2021b.
- DE LA FUENTE, E. B. *Eclesiologia*, Madrid: BAC, 1998.
- FRANCISCO, *Discurso do Santo Padre aos bispos responsáveis do Celam*, em 28 jul. 2013a. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/papa-francesco_20130728_gmg-celam-rio.html. Acesso em: 01 ago. 2021.

FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*. 2013b.

FRANCISCO. *Gaudete et exultate*. 2018.

FRANCISCO. *Por que sois tão medrosos?*. São Paulo: Paulus/Paulinas/CNBB/Fons Sapientiae, 2021a.

FRANCISCO. *Traditionis custodes*. 2021b.

GONÇALVES, P. S. L.; FAVRETTO, A. B. O tempo escatológico à luz do método transcendental. *Revista de Cultura Teológica*, v. 87, p. 250-281, 2016.

LIBÂNIO, J. B. *Cenários de Igreja*. São Paulo: Loyola, 2000.

LIPOVETSKY, G. *A sociedade da decepção*. Barueri: Manole, 2007.

MANZATTO, A. A situação eclesial atual. In: GODOY, M.; AQUINO JUNIOR, F. (orgs.). *50 anos de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 2017. p. 28-41.

XAVIER, D. J. *Teologia Fundamental*. Petrópolis: Vozes, 2021.

RECEBIDO: 01/10/2021
APROVADO: 17/11/2021

RECEIVED: 10/01/2021
APPROVED: 11/17/2021